

PLANO DE TRABALHO

ATC	PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITOS HUMANOS: ESTUDOS SOBRE PATENTES E DESAFIOS PARA A SAÚDE GLOBAL								
RESPONSÁVEL	LORENA ABBAS								
CÓDIGO		SEMESTRE	2024.1	PERÍODO	3º/10º	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Propriedade intelectual. Patentes. Patentes farmacêuticas. Lei nº 9.279/96. Acordo TRIPS. Declaração de Doha. Flexibilidades TRIPS. Indústria farmacêutica. Inovação. Direitos humanos. Direito à saúde. Acesso a medicamentos. Gênero, HIV e acesso à saúde. Acordos internacionais de comércio. Mecanismos TRIPS-plus.								
OBJETIVOS	Esta disciplina aborda a interseção entre a proteção da propriedade intelectual e os direitos humanos, com foco no debate sobre o direito à patente e o acesso à saúde. A proposta parte do exame crítico sobre o impacto das leis de propriedade intelectual na promoção ou restrição dos direitos humanos, especialmente o direito à saúde, e como isso influencia na dinâmica global de bem-estar social. O objetivo é capacitar a comunidade discente a compreender e analisar criticamente as questões relacionadas à propriedade intelectual, saúde e direitos humanos. Ao final do curso, os discentes deverão ser capazes de identificar conflitos e estratégias possíveis na busca pelo máximo equilíbrio entre a promoção do acesso equitativo à saúde e as complexidades do sistema de propriedade intelectual.								
METODOLOGIA	A metodologia de desenvolvimento desta disciplina priorizará ativamente a participação da comunidade discente, garantindo um ambiente de aprendizado colaborativo e engajado. A primeira parte da aula será dedicada à exposição do tema, discussão dos principais conceitos teóricos e técnicos do assunto a fim de esclarecer eventuais dúvidas. Na segunda parte, a maior ênfase será dada às discussões em grupo e debates sobre os textos indicados para leitura. Os alunos serão incentivados a contribuir com suas experiências, perspectivas e perguntas, promovendo a discussão e a troca de ideias.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	<input checked="" type="checkbox"/>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
<input checked="" type="checkbox"/>	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
<input checked="" type="checkbox"/>	Outras: Capacidade de articular o saber jurídico com outros campos, como a economia e a saúde coletiva.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Introdução à proteção da propriedade intelectual e ao direito à saúde: o que vamos discutir?								
2	Fundamentos e espécies de proteção da propriedade intelectual								
3	Direito à patente I: conceito, requisitos e aplicações								
4	Direito à patente II: o Acordo TRIPS e a Lei nº 9.279/96								
5	Declaração de Doha de 2001 sobre o TRIPS e Saúde Pública: flexibilidades TRIPS								
6	Indústria farmacêutica & inovação: esclarecendo conceitos, desmistificando alguns argumentos								
7	Direitos humanos e saúde: a agenda global de proteção								

8	O acesso a medicamentos como expressão do direito à saúde
9	Por que o acesso a medicamentos é tão importante no Brasil?
10	Gênero & saúde: quando a luta pelo acesso a medicamentos encontra o preconceito e as barreiras de propriedade intelectual
11	Acordos internacionais de comércio e investimento e mecanismos TRIPS-plus
12	Estudo de caso: o parágrafo único do art. 40 da LPI e o julgamento da ADI 5.529 no STF
13	Outras formas de estimular a inovação em saúde e o acesso a medicamentos
14	Acesso a medicamentos e tecnologias no contexto da pandemia de COVID-19: solidariedade ou apartheid?
15	Olhando para o futuro - tendências para a proteção intelectual e os novos desafios para a saúde
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	(i) Participação em aula com base nas leituras prévias - 40%; (ii) Trabalho final de curso – estudo de caso sobre propriedade intelectual e saúde - 60%
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BARBOSA, Denis Borges. <i>Uma Introdução à Propriedade Intelectual</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. CHAVES, Gabriela Costa. <i>Patentes farmacêuticas: por que dificultam o acesso a medicamentos?</i> Rio de Janeiro: ABIA, 2006. Disponível em: http://www.abiaids.org.br/img/media/cartilha_patentes.pdf . SELL, Susan K. <i>Private Power, Public Law: the globalization of intellectual property rights</i> . Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003. 242 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BERMUDEZ, Jorge A. Z. Contemporary challenges on access to medicines: beyond the UNSG High-Level Panel. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , v. 22, n. 8, p. 2435–2439, ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/qx8wGbjVPqgm56dQzNRyzgG/?lang=en . CHAVES, Gabriela; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; HASENCLEVER, Lia; MELO, Luiz Martins de. A evolução do sistema internacional de propriedade intelectual: proteção patentária para o setor farmacêutico e acesso a medicamentos. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , v. 23, n. 2, p. 257–267, fev. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/7NYKhv9K9WksncYPB4bkXL/# . FEMINISTS FOR A PEOPLE’S VACCINE. Access to medicines: why should feminists care? Issue Paper #1, maio 2021. Disponível em: https://feminists4peoplesvaccine.org/issue-papers/issue-paper-1/ . PARANHOS, Julia; MERCADANTE, Eduardo; HASENCLEVER, Lia. O custo da extensão da vigência de patentes de medicamentos para o Sistema Único de Saúde. <i>Cadernos de Saúde Pública</i> , v. 36, n. 11, p. e00169719, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/37vfpd7rVjzFDhzbStQ9YM/?lang=pt . t HOEN, Ellen; VERALDI, Jacquelyn; TOEBES, Brigit; HOGERZEIL, Hans V. Medicine procurement and the use of flexibilities in the Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights, 2001–2016. <i>Bull World Health Organ.</i> , vol. 96, n. 3, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29531417/ .